SANSONE, Livio (org.). 2012. *A política do intangível : museus e patrimônios em nova perspectiva*

Salvador : Edufba

Rita de Cássia M. Santos

REFERÊNCIA

SANSONE, Livio (org.). 2012. *A política do intangível : museus e patrimônios em nova perspectiva.* Salvador : Edufba. 352 pp.

1 “Quem diria que museus, patrimônio, arquivos, arqueologia, memória e tradições pudessem se transformar em instrumento de luta ou em argumentos para a construção de operações comerciais como aquelas que percebemos hoje ?” (:7). Com essa indagação, Lívio Sansone abre o livro *A política do intangível*, por ele organizado e por meio do qual apresenta aos leitores o quanto surpreendentes podem ser os resultados das investigações sobre a dimensão política do patrimônio imaterial em contextos diversos.

2 Conformado por uma perspectiva que combina pesquisa histórica e etnografia contemporânea, *A política do intangível* oferece aos leitores um panorama das políticas patrimoniais no eixo Sul-Sul, sobretudo a partir das primeiras décadas do século XX, alcançando os dilemas e debates do início do século XXI. Nesse amplo quadro de investigação, destaca-se o caráter transnacional da obra, com a apresentação de contextos das políticas culturais na Colômbia, no Peru, em Cabo Verde, em Cuba e em diferentes regiões do Brasil, que permitem compreender comparativamente o funcionamento da política de patrimonialização de bens imateriais no período analisado.

3 A leitura transversal dos capítulos mostra como, ao longo do século XX, ocorreu um movimento político semelhante nos países do eixo Sul através do qual se passou da

criminalização e perseguição às práticas culturais das populações subalternizadas à sua valorização. Inicialmente, tal mudança se deu no escopo do nacionalismo-folclorismo, para depois desembocar numa mercantilização da cultura via turismo. Além disso, o conjunto de textos apresenta a cultura como um espaço de disputas em torno do qual a legitimidade dos movimentos culturais é circunstanciada, transitória e, em muitos casos, dependente do reconhecimento internacional para ser operacionalizada no interior dos contextos nacionais e locais analisados.

4 *A política do intangível* dá continuidade às reflexões elaboradas por Sansone há mais de uma década, quando iniciou, com outros antropólogos e historiadores, a Fábrica de Ideias. Pensada primeiramente como um curso que buscava fomentar o intercâmbio entre estudantes e docentes de diversas nacionalidades e com interesse na temática dos estudos étnico-raciais, a Fábrica de Ideias foi pouco a pouco ampliando os seus objetivos e tornando-se um espaço de adensamento das reflexões sobre patrimônio, cultura, política e novos contextos de patrimonialização. Essa publicação, por exemplo, resulta do Seminário Internacional Memória, Patrimônio e Identidade, organizado no XIII Curso do Fábrica de Ideias, em 2010.

5 Composta por quinze capítulos, *A política do intangível* pode ser lida em três linhas gerais. A primeira relaciona-se à análise e às proposições sobre a temática do Museu Digital. Nesse conjunto, podemos apontar os textos de Marcelo Nascimento, Jamile da Silva e Myrian Sepúlveda e o manifesto de Livio Sansone, que permitem definir o conceito de museu digital (MD) e os seus dilemas e desafios no mundo contemporâneo. Com base na experiência do museu digital da memória afro-brasileira, Sansone descreve o seu projeto como a combinação de instrumento de pesquisa, serviço público e agenda política que envolvem a repatriação digital, a doação digital, a etnografia digital, a generosidade e solidariedade digital. O MD é definido por ele como um lugar privilegiado para estimular o uso da memória social pelos grupos subalternizados.

6 O capítulo de Marcelo Nascimento, por sua vez, fornece ao leitor um escopo conceitual importante na diferenciação entre MD e a simples postagem de conteúdos na internet. Não se trata apenas da digitalização de documentos, mas da criação em web dos elementos de um museu, tais como exposição, dimensão preservacionista e patrimonialista, espaço de consagração e rememoração. Ao mesmo tempo, Nascimento destaca o caráter singular dos MDs : imaterialidade, ubiquidade, provisoriedade, hipertextualidade e interatividade. Myrian Sepúlveda lembra que os MDs podem recuperar memórias não preservadas por meio da investigação de acervos não institucionalizados. Para Jamile Borges, os MDs são a possibilidade de construção de uma nova geopolítica do conhecimento através da qual os subalternizados podem acessar e reinventar a memória construída sobre eles, ao mesmo tempo em que desafiam o consagrado papel dos antropólogos de falar por eles. Ainda retomando o artigo de Sepúlveda, os museus (sejam eles digitais ou presenciais) possuem a capacidade de suscitar lógicas indenitárias, de pertencimento e inclusão ; e, nisso, reside o seu potencial criativo.

7 Em uma segunda linha, podemos mencionar os capítulos que analisam a trajetória histórica de movimentos culturais e artísticos apontando para uma direção comum : da perseguição e proibição a elementos nacional-folclóricos à ressignificação, no contexto contemporâneo da política de patrimonialização dos bens imateriais, como instrumento de luta política. Desse segundo conjunto fazem parte os textos de Antônio Evaldo sobre o bumba-meu-boi, no Maranhão. O autor elege a festa do bumba-meu-boi

como elemento privilegiado de observação do processo de conformação da colonização francesa do Maranhão, como tradição local inventada pelas elites intelectuais e políticas. O autor demonstra ainda como esse elemento passou a ser submetido a novas significações no contexto atual.

8 Em outro capítulo dessa linha, Agrimaria Santos analisa o caso dos Paparutas, no Recôncavo Baiano. Através de sua observação, vemos os elementos da cultura popular e negra serem utilizados como meio de revitalização do município de São Francisco do Conde. Santos apresenta a constituição de identidades com base em heranças culturais compartilhadas e não em critérios étnicos. São as dificuldades enfrentadas num ambiente de pobreza e de pertença a um espaço socialmente compartilhado que constituem a unidade social no contexto analisado. Por fim, há o texto de Ana Rita Machado sobre a festa do Bembé, também no Recôncavo Baiano, que, inicialmente realizada em comemoração ao fim da escravidão, passa a conjugar elementos do sagrado e do religioso. Detendo-se na passagem entre um domínio e outro, Machado percebe no Bembé o elemento de comunhão que permite reinscrever as memórias sobre essa prática.

9 Na terceira e última linha, temos o conjunto de capítulos que oferecem ao leitor o contraponto internacional aos contextos nacionais analisados. Fazem parte dessa linha os textos de Pedro Alexander Hernández sobre Cuba, no qual se analisa a trajetória de algumas figuras significativas, como Antonio Maceo, para explorar o não uso do patrimônio documental existente na ilha sobre o pensamento negro e a questão racial. O capítulo de Gláucia Nogueira, sobre o Batuko de Cabo Verde, examina a passagem desse gênero musical restrito e tradicional à mercantilização por meio da difusão e internacionalização. No contexto das políticas culturais contemporâneas, a ressignificação do Batuko, longe de desautorizá-lo, revela a força e pujança da cultura cabo-verdiana. O texto de Karen Bernedo, sobre o Peru, estuda o caso do museu da memória da tortura (Museo Itinerante de Arte por la Memoria) e demonstra o potencial contemporâneo dos museus. Nesse caso em particular, as memórias subalternas, até então silenciadas, ganham usos performáticos.

10 Compõem ainda essa linha os textos de Sérgio Andrés Sandoval, que busca compreender as trajetórias dos irmãos Zapata Olivella na Colômbia e sua busca pela recuperação e conformação de uma tradição cultural colombiana baseada, sobretudo, nos elementos negro e indígena. A recuperação histórica da trajetória familiar vem a contribuir ainda para a compreensão dos processos de formação identitários nacionais em uma perspectiva mais particularista. Ainda sobre a Colômbia, são analisadas as conexões contemporâneas entre turismo e patrimônio que permitem entrever as disputas em torno das políticas nacionais e das demandas mais particulares. No capítulo de Carlos Andrés Meza, conhecemos os meios pelos quais, no contexto colombiano, o processo de espetacularização dos elementos afro tem invisibilizado o conflito em torno dos bens necessários aos grupos. O contexto indígena colombiano, por sua vez, nos é apresentado por Margarita Chaves e Giselle Nova, que mostram como a idealização do indígena e do mundo rural continua a operar como critério de validade no reconhecimento dos grupos autóctones. Reiteram-se assim os limites das políticas que operacionalizam a cultura como elemento de regulação e não de compreensão da dinâmica social.

11 O ponto alto do livro sem dúvida consiste na precisa combinação entre a abordagem histórica e a antropológica, com um olhar minucioso e sensível, acerca das práticas

patrimoniais em contextos e períodos variados. *A política do intangível* constitui uma importante contribuição ao campo de estudos do patrimônio e vem somar-se às reflexões empreendidas por seus autores e coordenadores, além de demonstrar a rentabilidade de projetos como o da Fábrica de Ideias, que desde 1998 produz significativas reflexões acerca dos domínios da política patrimonial.

AUTORES

RITA DE CÁSSIA M. SANTOS

PPGAS/MN/UFRJ